



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XIX PALMAS, QUARTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2008

Nº 1658



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Carlos Henrique Gaguim

1º Vice-presidente: Dep. Fabion Gomes

2º Vice-presidente: Dep. Luana Ribeiro

1º Secretário: Dep. Iderval Silva

2º Secretário: Dep. José Geraldo

3º Secretário: Dep. Manoel Queiroz

4º Secretário: Dep. Stalin Bucar

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Sandoval Cardoso (pres)**, César Halum (Vice) Eduardo do Dertins, Cacildo Vasconcelos, Amélio Cayres.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Valuar Barros, Eli Borges, Raimundo Palito, Fabion Gomes

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h30

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Júnior Coimbra (pres)**, Sandoval Cardoso (vice), Fábio Martins, Marcello Lelis, Luana Ribeiro.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Eli Borges, Paulo Roberto, Valuar Barros, Raimundo Palito, Raimundo Moreira.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às terças-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Amélio Cayres (pres)**, César Halum (vice), Manoel Queiroz, Eli Borges, Stalin Bucar.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Osires Damaso, Angelo Agnolin, Solange Duailibe, Marcello Lelis, Fabion Gomes.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Angelo Agnolin (pres)**, Fábio Martins (vice), Júnior Coimbra, Raimundo Moreira, Raimundo Palito.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Paulo Roberto, Osires Damaso, Solange Duailibe, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Osires Damaso (pres)**, Raimundo Palito (vice), Eduardo do Dertins, Júnior Coimbra, Fabion Gomes.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Sandoval Cardoso, César Halum, Manoel Queiroz, Stalin Bucar, Luana Ribeiro.

Comissão de Saúde e Meio Ambiente

Reunião às quintas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Júnior Coimbra (pres)**, Dr. Zé Viana (vice), Solange Duailibe, Valuar Barros, Marcello Lelis.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Eli Borges, César Halum, Angelo Agnolin, Stalin Bucar, Raimundo Palito.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e

Controle.

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **César Halum (pres)**, Sandoval Cardoso (vice), Solange Duailibe, Cacildo Vasconcelos, Amélio Cayres.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Manoel Queiroz, Paulo Roberto, Osires Damaso, Raimundo Moreira, Luana Ribeiro.

Comissão de Segurança Pública

Reunião às quintas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Stalin Bucar (pres)**, Valuar Barros (vice), Paulo Roberto, Manoel Queiroz, Fabion Gomes.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Júnior Coimbra, Eduardo do Dertins, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos.

Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude

Reunião às quintas-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Marcello Lelis (pres)**, Eli Borges (vice), Fábio Martins, Eduardo do Dertins, Stalin Bucar.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Osires Damaso, Solange Duailibe, Sandoval Cardoso, Luana Ribeiro, Amélio Cayres.

Comissão dos Direitos da Mulher

Reunião às quintas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Solange Duailibe (pres)**, Osires Damaso (vice), Angelo Agnolin, Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Eduardo do Dertins, Valuar Barros, Raimundo Moreira, Marcello Lelis.

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do TCE

Reunião às terças-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS

Deputados: **César Halum (pres)**, Fabio Martins, Júnior Coimbra, Stalin Bucar, Amélio Cayres.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Eli Borges, Eduardo do Dertins, Paulo Roberto, Raimundo Palito, Marcello Lélis.

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Saúde

Reunião às terças-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS

Deputados: **Sandoval Cardoso (pres)**, Eduardo do Dertins (vice), Stalin Bucar, Paulo Roberto, Marcello Lélis.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Raimundo Moreira, Luana Ribeiro, Josi Nunes, César Halum, Solange Duailibe

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Responsável: Diretoria Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

MENSAGEM Nº 57/2008

Palmas, 13 de novembro de 2008.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação desse Egrégio Poder Legislativo, em regime de urgência, o anexo Projeto de Lei 53/2008, que dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual para os exercícios de 2009-2011.

A revisão anual do Plano Plurianual – PPA é medida de grande importância para o processo de implementar ações governamentais, concebido como instrumento de planejamento e gestão, pois permite ao Poder Executivo promover necessárias modificações de programas e ações, de forma que se ajuste a evolução física e financeira destes, adequando as metas e prioridades do Governo às demandas da sociedade, em consonância com a realidade econômica e fiscal do Estado e do País.

Mais do que uma obrigação constitucional, ressaltam-se a modernização e o dinamismo do processo de planejamento das ações governamentais. Assim, esta revisão do PPA continua a obedecer aos mesmos critérios e premissas que balizaram sua elaboração, estando, hierarquicamente, subordinado aos macroobjetivos e às estratégias de desenvolvimento contidas no PPA 2008-2011, como forma de alavancar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento regional sustentável.

À medida que avançamos na consolidação do desenvolvimento econômico e social, na ampliação da oferta dos serviços públicos, principalmente, no âmbito da educação, saúde, habitação, do saneamento e da segurança, melhoramos a qualidade de vida da nossa população e reforçamos o compromisso do Governo com o bem-estar social.

Porém, ainda há desafios quanto ao fortalecimento do setor produtivo e à inserção da população tocantinense neste processo, ou seja, é necessário continuar promovendo ações que elevem e distribuam melhor a renda.

Dessa feita, ao longo destes próximos anos, a ação governamental estará voltada para as metas estratégicas de desenvolvimento, preconizadas desde a elaboração do PPA, de modo que sejam ofertadas iguais oportunidades a todas as regiões do Estado, gerados mais emprego e renda, distribuídos os recursos públicos com equidade e orientada a aplicação dos investimentos do setor privado.

Ressalta-se, por fim, que a presente Proposta respeita os limites legais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo como princípio fundamental a transparência e o equilíbrio das contas públicas.

Atenciosamente,

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 53/2008

Dispõe sobre a 1ª Revisão do Plano Plurianual 2008-2011 e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

Faço saber que a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aprovada a 1ª Revisão do Plano Plurianual 2008-2011.

Art. 2º Constam da 1ª revisão do Plano Plurianual 2008-2011 os seguintes anexos desta Lei:

I – ANEXO I – Macroobjetivos e Estratégia de Desenvolvimento;

II – ANEXO II – Problemas Identificados nos Encontros Regionais;

III – ANEXO III – Programas e Ações;

IV – ANEXO IV – Estratégia de Implementação dos Programas.

Parágrafo único. Os macroobjetivos e a estratégia de desenvolvimento, os programas, as ações e as metas seguem os princípios contidos no Plano Plurianual, aprovado pela Lei 1.860, de 6 de dezembro de 2007.

Art. 3º Os valores previstos nesta Lei são orçados na conformidade dos preços vigentes em agosto de 2008.

Parágrafo único. Os valores de que trata este artigo devem ser atualizados na forma da Lei 1.969, de 31 de outubro de 2008.

Art. 4º A Lei 1.860/2007 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“.....
.....

Art. 2º A Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Unidade Gestora: o órgão ou unidade orçamentária responsável pela gestão do Programa;

II – Programa: o instrumento de organização da ação governamental com vistas ao enfrentamento de um problema;

III – Ação: a operação da qual resulta um produto, bem ou serviço, ofertado à sociedade que contribui para atender aos objetivos de um programa;

IV – Atividade: um instrumento de programação orçamentária para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – Projeto: um instrumento de programação orçamentária para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

VI – Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo.

.....
.....

Art. 7º

.....

§ 1º Os Projetos de Lei de revisão anual contêm:

I – inclusão de programa;

II – alteração ou exclusão de programa.

§ 2º Considera-se alteração de programa:

I – modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do programa;

II – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III – alteração do título, do produto, da unidade de medida e das metas físicas das ações.

§ 3º Os produtos, suas respectivas unidades de medida e metas físicas, das ações referentes ao ano de 2008 são os constantes da Lei 1.860/2007 e para os anos de 2009-2011 são os constantes desta Lei de Revisão.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 2º deste artigo podem ocorrer por intermédio de lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual pode ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

§ 6º As alterações nas leis orçamentárias anuais, por meio de créditos suplementares, podem ser incorporadas automaticamente a esta Lei.

§ 7º O Poder Executivo é autorizada:

I – alterar:

a) o órgão responsável por programas e ações;

b) os indicadores dos programas e seus respectivos índices;

II – adequar a meta física de ações para compatibilizá-la com a gestão do Plano e/ou alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual.

Art. 9º Os Órgãos do Poder Executivo responsáveis por programas, nos termos do Anexo III a esta Lei, devem manter continuamente atualizadas as informações físicas e financeiras, referentes à execução das ações orçamentárias constantes dos programas sob sua responsabilidade.

Art. 10.

Parágrafo único. As emendas parlamentares obedecem ao disposto no art. 57 da Lei 1.969/2008.

Art. 10-A São dispensadas de discriminação no Plano Plurianual as ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro.

.....”(NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de novembro de 2008; 187º da Independência, 120º da República e 20º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

MENSAGEM Nº 58/2008

Palmas, 13 de novembro de 2008.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação desse Egrégio Poder Legislativo, em regime de urgência, o anexo Projeto de Lei 54/2008, que dispõe sobre a Proposta Orçamentária para o exercício de 2009.

A proposta contempla todas as ações de governo, segundo orientações constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada na forma da Lei 1.969, de 31 de outubro de 2008, bem como as disposições constantes da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

Foram também observadas as estratégias e as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de 2008 a 2011, abrangendo os seguintes orçamentos:

I – Fiscal, referente aos Poderes do Estado do Tocantins, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público;

II – Da Seguridade Social, que engloba as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta e Indireta, bem como os fundos e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público;

III – De Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos alcançaram para o exercício de 2009 o montante de R\$ 4.714.461.112,00, apresentando um incremento de 0,99% em relação ao exercício de 2008, cujas informações detalhadas integram o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

R\$ 1,00	
Orçamentos	PROPOSTA 2009
Fiscal	3.678.954.174,00
Seguridade Social	1.032.006.938,00
<u>Investimentos das Empresas Estatais</u>	<u>3.500.000,00</u>
Total	4.714.461.112,00

O orçamento proposto foi construído considerando a permanência de um cenário de desaceleração mundial da economia, mantendo a austeridade orçamentária e fiscal que impõe, inclusive ao Poder Executivo, observância dos gastos de custeio da máquina administrativa, porém busca-se a melhoria do nível de atividade econômica e a consolidação do compromisso deste governo com o atendimento das necessidades básicas da população do Estado do Tocantins.

Na área administrativa, promoveu-se ações de continuidade à modernização da administração pública, descentralização e a valorização dos servidores públicos, com a efetividade da data base e as previsões de realização dos concursos públicos do Quadro-Geral, da Saúde, Educação e Polícia Militar, visando aprimorar o serviço público.

Na área social, além da manutenção dos programas em educação, saúde e assistência social, constam várias ações visando à redução das desigualdades, das injustiças sociais e dos níveis de pobreza, assegurando os direitos dos tocantinenses ao pleno exercício da cidadania.

A receita total do orçamento do Estado para o exercício de 2009 foi estimada em R\$ 4.714.461.112,00, conforme demonstrativo:

**Demonstrativo da Receita do Estado
2008 e 2009**

Receitas	R\$ 1,00				
	2008	% Sobre	2009	% Sobre	%
	Orçada	Total	Orçada	Total	
TRIBUTÁRIA	1.098.386.165,00	23,53	1.197.607.242,00	25,40	9,03
- ICMS	889.407.548,00	19,05	957.620.113,00	20,31	7,67
- Outras	208.978.617,00	4,48	239.987.129,00	5,09	14,84
CONTRIBUIÇÕES	136.468.000,00	2,92	165.930.726,00	3,52	21,59
PATRIMONIAL	195.103.600,00	4,18	205.002.584,00	4,35	5,07
SERVIÇOS	2.392.000,00	0,05	2.634.298,00	0,06	10,13
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.574.931.648,00	55,16	3.107.875.202,00	65,92	20,70
- Transferências Correntes - FPE	1.841.258.239,00	39,44	2.311.743.873,00	49,04	25,55
- Transferências Correntes - FUNDEB	350.615.823,00	7,51	505.344.929,00	10,72	44,13
- Transferências Correntes - CONVÊNIOS	83.534.143,00	1,79	117.707.612,00	2,50	40,91
- Outras Transferências Correntes	299.523.443,00	6,42	173.078.788,00	3,67	(42,22)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.544.764,00	0,78	39.748.776,00	0,84	8,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	332.510.244,00	7,12	191.247.759,00	4,06	(42,48)
ALIENAÇÃO DE BENS	22.600.000,00	0,48	12.700.000,00	0,27	(43,81)
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	17.405.100,00	0,37	12.037.162,00	0,26	(30,84)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	603.201.381,00	12,92	256.543.125,00	5,44	(57,47)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	116.944.000,00	2,50	141.566.274,00	3,00	21,05
DEDUÇÃO DA RECEITA	(468.045.599,00)	(10,03)	(618.432.036,00)	(13,12)	32,13
- Restituição	(2.000.000,00)	(0,04)	(3.060.000,00)	(0,06)	53,00
- Dedução para Formação do FUNDEB	(466.045.599,00)	(9,98)	(615.372.036,00)	(13,05)	32,04
TOTAL DO ESTADO	4.668.441.303,00	100,00	4.714.461.112,00	100,00	0,99

Fonte: Anexo 10 e PLOA
- Todas as Fontes

A receita de transferências, subtítulo das receitas correntes, é considerada a principal fonte de receita do Estado, sendo prevista no montante de R\$ 3.107.875.202,00. Nesse item de receita, são registradas as receitas transferidas pela União para a constituição do Fundo de Participação dos Estados – FPE, que foram e ainda estão estimadas para o exercício em R\$ 2.311.743.873,00, representando aproximadamente 49% do total das receitas.

As receitas correntes, nível que agrupa os vários detalhamentos peculiares às receitas que aumentam apenas o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que tendem a se exaurir no decorrer do período que compreende a Lei Orçamentária Anual, em razão de sua utilização para a cobertura de despesas correntes, totalizam R\$ 4.100.366.792,00, representando 87% do cálculo geral da receita, incluindo as deduções. Nessa categoria econômica de receita, destaca-se a receita tributária, a qual teve um aporte de R\$ 1.197.607.242,00, apresentando um crescimento de 9,03% quando comparado com o valor previsto no orçamento de 2008. Dentre as receitas tributárias, merece destaque a receita advinda do recolhimento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, que totaliza R\$ 957.620.113,00, e constitui, em termo de arrecadação, o principal componente da receita tributária do Estado, representando aproximadamente 80% da receita tributária.

As receitas de capital, por sua vez, somam R\$ 472.528.046,00 representando, aproximadamente, 10% em relação ao total da receita.

As receitas de Outras Fontes para o ano de 2009 totalizam R\$ 1.808.955.304,00, demonstrando um percentual de 38% comparado com a receita total. Esses recursos são provenientes de esforço próprio de arrecadação dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado e dos Outros Poderes constituídos. Dentre as receitas de Outras Fontes, o grupo de receita que mais se destaca é o das receitas de transferências de convê-

nios com a administração federal e operações de crédito. Essas receitas originam-se da prestação de serviços comerciais, financeiros, de transporte, de comunicação, dentre outros.

As receitas intra-orçamentárias correntes perfazem o montante de R\$ 141.566.274,00 e constituem contrapartida das despesas decorrentes de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, incluída na Portaria Interministerial STN/SOF n. 163/2001 através da Portaria Interministerial STN/SOF n. 688, de 14 de outubro de 2005.

Na fixação da despesa por categoria econômica, conforme a tabela acima, as despesas correntes foram fixadas para o exercício de 2009, no montante de R\$ 3.276.674.916,00, registrando expansão de 13,00% do orçado para este ano. Com relação às despesas de capital, foram fixados os recursos na ordem de R\$ 1.168.769.820,00. A despesa com pessoal, no montante de R\$ 1.674.549.277,00, traz um incremento de 18,34% em relação ao orçado para o exercício de 2008. Incorporaram-se a essa previsão o ingresso de novos servidores, as elevações de classe e nível e a revisão anual da remuneração e do subsídio dos servidores públicos civis e militares, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Aos serviços da dívida pública, que compreendem os juros e encargos e a amortização, são destinados R\$ 155.968.344,00, apresentando um aumento de 65,06% em relação ao exercício de 2008, em vista da atual crise econômica mundial e à conseqüente elevação do dólar.

Grupos de Despesa	R\$ 1,00				
	Orçada		Orçada		
	2008	%	2009	%	%
- Pessoal e Encargos Sociais	1.415.086.109,00	30,31	1.674.549.277,00	35,52	18,34
- Juros e Encargos da Dívida	32.246.206,00	0,69	52.120.931,00	1,11	61,63
- Outros Custeios	1.450.976.269,00	31,08	1.550.004.708,00	32,88	6,82
- Investimentos	1.363.510.316,00	29,21	978.481.476,00	20,75	(28,24)
- Inversões Financeiras	43.860.891,00	0,94	34.320.000,00	0,73	(21,75)
- Amortização da Dívida	94.492.344,00	2,02	155.968.344,00	3,31	65,06
- Reserva de Contingência	268.269.168,00	5,75	269.016.376,00	5,71	0,28
Total	4.668.441.303,00	100,00	4.714.461.112,00	100,00	0,99

Fonte: SIAFEM e PLOA

Em relação ao total do orçamento, os setores apresentam-se na forma abaixo:

Demonstrativo da Despesa por Função Orçada do Estado

Especificação	R\$ 1,00				
	PLOA 2008	%	PLOA 2009	%	%
Segurança Pública	334.697.975,00	7,17	383.193.838,00	8,13	14,49
Assistência Social	98.479.383,00	2,11	88.060.389,00	1,87	(10,58)
Previdência Social	344.321.500,00	7,38	364.324.173,00	7,73	5,81
Saúde	693.973.943,00	14,87	579.622.376,00	12,29	(16,48)
Educação	587.083.665,00	12,58	786.369.282,00	16,68	33,95
Habituação e Urbanismo	147.957.011,00	3,17	126.120.389,00	2,68	(14,76)
Agricultura	239.910.145,00	5,14	168.771.431,00	3,58	(29,65)
Transporte	602.393.349,00	12,90	295.449.380,00	6,27	(50,95)
Outros	1.619.624.332,00	34,69	1.922.549.854,00	40,78	18,70
Total	4.668.441.303,00	100,00	4.714.461.112,00	100,00	0,99

Fonte: SIAFEM e PLOA

6.32	Fundo de Defesa Agropecuária	-	-	4.682.000,00	4.682.000,00
6.33	Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS	1.554.861,00	-	2.405.000,00	3.959.861,00
6.34	Fundo de Desenvolvimento Econômico	-	-	7.200.000,00	7.200.000,00
6.35	Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins – IPEM	954.037,00	1.616.850,00	-	2.570.887,00
6.36	Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR	8.861.402,00	13.833.608,00	-	22.695.010,00
6.37	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS	222.396.775,00	108.813.580,00	3.000.000,00	334.210.355,00
6.38	Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO	5.025.659,00	-	97.500,00	5.123.159,00
6.39	Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS	39.575.000,00	2.651.690,00	530.000,00	42.756.690,00
6.40	Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins	5.525.000,00	-	50.000,00	5.575.000,00
6.41	Fundo Estadual de Defensoria Pública	-	-	59.000,00	59.000,00
6.42	Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano	100.000,00	7.800.000,00	-	7.900.000,00
6.43	Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental	-	3.600.000,00	-	3.600.000,00
6.44	Fundo de Apoio à Moradia Popular	-	600.000,00	-	600.000,00
6.45	Fundo Estadual de Habitação e Interesse Social	-	-	1.077.840,00	1.077.840,00
SUBTOTAL INDIRETA		838.612.849,00	191.084.173,00	707.760.185,00	1.737.457.207,00
TOTAL GERAL		2.905.505.808,00	1.101.135.119,00	707.820.185,00	4.714.461.112,00

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo pode designar o Secretário de Estado do Planejamento para movimentar, em cada órgão, dotações do mesmo projeto/atividade e grupo de despesa no Quadro de Detalhamento da Despesa.

Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º É o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I – transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação;

II – utilizar recursos do orçamento fiscal para suprir necessidades ou cobrir *deficit* de sociedades de economia mista e fundo, observados os limites estabelecidos nesta Lei;

III – abrir créditos suplementares, com a finalidade de atender às insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite correspondente a 40% do total da despesa inicialmente fixada em cada orçamento de que trata o art. 4º desta Lei, na forma permitida no art. 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, mediante a utilização dos seguintes recursos:

- da reserva de contingência;
- do excesso de arrecadação;
- da anulação de dotações orçamentárias;
- do *superavit* financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior;
- do produto de operações de crédito internas e externas.

Parágrafo único. Excluem-se do limite previsto no inciso III deste artigo os créditos suplementares destinados a convênios, transferências constitucionais aos Municípios e ao FUNDEB, a pessoal e encargos, à amortização da dívida e seus encargos e às contrapartidas dos convênios e contratos firmados.

Seção IV

Da Autorização para Realização de Operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias

Art. 8º É o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, por antecipação da receita, até o limite de 20% da receita estimada nesta Lei.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

Art. 9º O orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha maioria de capital social com direito a voto, segue o seguinte desdobramento:

Quadro III – Demonstrativo dos Investimentos por Empresas e por Fontes

EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA	ORDINÁRIAS
Agência de Fomento do Estado do Tocantins	3.000.000,00
Cia de Mineração do Tocantins – MINERATINS	500.000,00

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os valores constantes desta Lei expressam preços de agosto do corrente ano e são corrigidos de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 11. A programação e a execução orçamentária e financeira dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive Autarquias, Fundações e Fundos, do Estado do Tocantins, são operacionalizadas por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM.

Art. 12. Esta Lei entra vigor em 1º de janeiro de 2009.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de novembro de 2008; 187º da Independência, 120º da República e 20º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 02/2008

Institui o Sistema Financeiro de Conta Única de Depósitos Judiciais sob aviso à disposição do Poder Judiciário do Tocantins e adota outras providências.

A **Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

Art. 1º É instituído o Sistema Financeiro de Conta Única de Depósitos sob aviso à disposição do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, o qual compreende os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da Justiça em geral, no âmbito de Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

§ 1º Para fins de implantação desse sistema é o Poder Judiciário autorizado a abrir conta única em instituição financeira, com a denominação Poder Judiciário/Depósitos Judiciais.

§ 2º Os depósitos judiciais e seus respectivos rendimentos podem ser livremente movimentados pelo juízo competente, observados os preceitos desta Lei.

§ 3º Enquanto não autorizado o pagamento ao interessado pelo Juízo competente, os depósitos judiciais são centralizados e constituídos em uma conta gráfica mantida e movimentada na instituição financeira, sob a denominação Poder Judiciário/Recursos a Utilizar.

Art. 2º As contas bancárias de depósitos judiciais, inclusive as já existentes, adequam-se à sistemática instituída nesta Lei, na forma de sub-contas, devendo cada uma delas receber as denominações genéricas (nome da comarca)/Depósitos Judiciais e demais elementos que a identifiquem em relação ao processo.

§ 1º Os saldos das sub-contas constituem disponibilidade da conta gráfica e são diariamente transferidos para a conta única para fins de gerenciamento financeiro.

§ 2º Havendo determinação judicial as quantias existentes na contas mencionadas no parágrafo anterior são levadas a débito em conta única, e pagas à parte interessada, devidamente corrigidas, na forma da Lei.

Art. 3º Para a execução dos serviços necessários ao cumprimento desta Lei, o Tribunal de Justiça é autorizado a celebrar contrato com instituição financeira.

§ 1º A seleção da instituição financeira em que será aberta a conta única obedece à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observando-se, dentre outros fatores, a maior vantagem financeira oferecida ao Poder Judiciário.

§ 2º A instituição contratada deve disponibilizar ao Poder Judiciário, por meio eletrônico e em tempo real:

I – o acesso e consultas ao saldo atualizado, diariamente, da conta única e das sub-contas;

II – as informações solicitadas pela Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça, especialmente quanto à movimentação dos depósitos.

Art. 4º Os valores dos depósitos judiciais e seus rendimentos não podem ser utilizados, a qual título, pelo Poder Judiciário, salvo para aplicações financeiras, nos termos deste artigo.

§ 1º Pode ser objeto de aplicação a diferença verificada entre os índices fixados por lei para remuneração dos depósitos judiciais e os estabelecidos como remuneração dos respectivos valores pela instituição em que a conta for aberta.

§ 2º Os rendimentos obtidos com as aplicações são creditadas mensalmente na conta vinculada ao Fundo de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário – FUNJURIS, nos termos do art. 2º, inciso IV, da Lei nº 954, de 03 de março de 1998.

Art. 5º São atribuídas ao Tribunal de Justiça a coordenação, supervisão e controle das atividades inerentes à administração financeira da conta única, compreendendo a operação dos mecanismos e instrumentos de gerência dos recursos correspondentes.

Art. 6º O Presidente do Tribunal de Justiça expede as normas complementares necessárias à execução desta Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correm à conta de dotação orçamentária do Poder Judiciário, podendo ser suplementadas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2008.

Deputado **CACILDO VASCONCELOS**
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

PROJETO DE LEI Nº 291/2008

Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º É concedida revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, relativa à data base de outubro de 2008, no percentual de 8%, sobre os valores dos vencimentos básicos e subsídios constantes das tabelas vigentes, a partir de 1º de outubro de 2008.

Art. 2º O Anexo II da Lei 1.903, de 17 de março de 2008, passa a vigorar na conformidade do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º outubro de 2008.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2008.

Deputado **SANDOVAL CARDOSO**
Relator

ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI Nº 291 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2008.

Tabelas Financeiras – Subsídios dos Cargos Efetivos da Carreira de Especialistas.

Tabela 1						
Cargos	Classe	Padrão				
		1	2	3	4	5
Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo	E	7.247,17	7.537,06	7.838,54	8.152,08	8.478,16
	D	5.956,62	6.194,88	6.442,68	6.700,39	6.968,41
	C	4.895,91	5.091,75	5.295,42	5.507,24	5.727,53
Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo	B	4.024,08	4.185,04	4.352,44	4.526,54	4.707,60
	A	3.307,50	3.439,80	3.577,39	3.720,49	3.869,31
Tabela 2						
Cargos	Classe	Padrão				
		1	2	3	4	5
Técnico de Controle Externo – Área de Controle Externo	E	3.549,63	3.691,62	3.839,28	3.992,85	4.152,56
	D	2.917,52	3.034,22	3.155,59	3.281,81	3.413,08
	C	2.397,99	2.493,91	2.593,67	2.697,42	2.805,32
Técnico de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo	B	1.970,98	2.049,82	2.131,81	2.217,08	2.305,76
	A	1.620,00	1.684,80	1.752,19	1.822,28	1.895,17
Tabela 3						
Cargo	Classe	Padrão				
		1	2	3	4	5
Assistente de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo	E	1.961,16	2.039,63	2.121,22	2.206,07	2.294,31
	D	1.611,93	1.676,41	1.743,47	1.813,21	1.885,74
	C	1.324,89	1.377,89	1.433,00	1.490,32	1.549,94
	B	1.088,97	1.132,52	1.177,82	1.224,94	1.273,94
	A	895,05	930,85	968,09	1.006,81	1.047,08
Tabela 4						
Cargo	Classe	Padrão				
		1	2	3	4	5
Auxiliar Operacional – Área de Apoio Operacional	E	1.221,66	1.270,53	1.321,35	1.374,20	1.429,17
	D	1.004,12	1.044,28	1.086,05	1.129,49	1.174,67
	C	825,31	858,32	892,65	928,36	965,49
	B	678,35	705,48	733,70	763,05	793,57
	A	557,55	579,85	603,04	627,16	652,25

.....”(NR)

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2008.

Deputado **SANDOVAL CARDOSO**
Relator

Atas das Sessões Plenárias

6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

em, 5 de novembro de 2008

Ata da Ducentésima Octogésima Oitava Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia cinco de novembro de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Marcello Lelis, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Luana Ribeiro, Marcello Lelis, Osires Damaso, Sandoval Cardoso, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: César Halum, Júnior Coimbra, Manoel Queiroz, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito e Solange Duailibe. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 272/2008, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo, que “Dispõe sobre a criação do Diploma de Reconhecimento ao Mérito Desportivo no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; ofício número 8.880/2008, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração de Termo Aditivo ao Convênio, com o município de Paraíso do Tocantins; ofício número 1.494/2008, oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a liberação de recursos financeiros ao Programa Habitação de Interesse Social, do Ministério das Cidades – MCIDADES; ofícios oriundos da Secretaria do Esporte, informando a celebração de convênio com o Palmas Futebol e Regatas e Federação de Motociclismo do Estado do Tocantins; e ofícios oriundos da Chefia de Gabinete do Senhor Governador, em resposta a requerimentos de autoria dos Senhores Deputados: Dr. Zé Viana, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes e Paulo Roberto. Em seguida, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Stalin Bucar. Na Apresentação de matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 280 a 286/2008, todos de autoria do Senhor Deputado Dr. Zé Viana; e o Projeto de Lei que recebeu o número 287/2008, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, e os Requerimentos que receberam os números: 7657 a 7672. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 7672, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar. No horário destinado às Comunicações usou a tribuna o Senhor Deputado José Geraldo. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 7645, 7566, 7570, 7572, 7577 a 7579 e 7347, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Nas Discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às quinze horas e quarenta e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

em, 6 de novembro de 2008

Ata da Ducentésima Octogésima Nona Sessão Ordinária

Às nove horas do dia seis de novembro de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado José Geraldo, Secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e Eli Borges, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Fábio Martins, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Sandoval Cardoso e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Eduardo do Dertins, Fabion Gomes, Iderval Silva, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Osires Damaso, Paulo Roberto, Raimundo Palito, Solange Duailibe e Stalin Bucar. Após a leitura do Texto Bíblico, lida a Ata da Sessão anterior, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a sua deliberação para a Sessão subsequente. Logo após, foram lidos e despachados os expedientes: ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando Prorrogação de Convênio com a APAE de Paraíso do Tocantins e Termo Aditivo com a Prefeitura de Itacajá; ofícios oriundos da Secretaria da Educação e Cultura, informando a celebração de Termo de Convênio com diversas prefeituras do Estado; ofícios oriundos da Chefia de Gabinete do Senhor Governador, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados: César Halum, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Paulo Roberto e Stalin Bucar; ofícios oriundos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, informando a rescisão de convênios com diversos municípios; ofício número 210/2008, oriundo da Secretaria de Indústria e Comércio, informando a celebração de convênio com a Prefeitura de Araguaçu; ofício número 7.002/2008, oriundo da Secretaria da Educação e Cultura, informando a celebração de Termo de Convênio com a Associação dos Servidores da Educação – ASSEED; e ofício número 2.070/2008, oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a liberação de recursos financeiros ao Programa Pró-Moradia, com o Rotary Clube de Paraíso do Tocantins. Na Apresentação de matéria foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 288/2008, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges; e os Requerimentos que receberam os números: 7673 a 7682. Não houve Deputados inscritos no horário destinado às Comunicações. Na deliberação da Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo Deputados inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às nove horas e vinte e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

em, 11 de novembro de 2008

Ata da Ducentésima Nonagésima Sessão Ordinária

Às nove horas do dia onze de novembro de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado

pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Osires Damaso, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Paulo Roberto e Solange Duailibe. Após a leitura do Texto Bíblico lida a Ata da Sessão anterior foram colocadas em deliberação as Atas da Ducentésima Octogésima Oitava e Ducentésima Octogésima Nona Sessões Ordinárias, as quais foram aprovadas. Logo após, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até duas horas, para participar de Reunião da Comissão Mista de Orçamentos Públicos do Congresso Nacional, no auditório desta Casa de Leis, reabrindo-a às onze horas e cinquenta e nove minutos, para prorrogá-la, de ofício, por mais uma hora, suspendendo-a novamente. Vencido esse prazo a Sessão foi reaberta às doze horas e vinte e quatro minutos. Em seguida, o Senhor Presidente passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 7672, 7615, 7628, 7621, 7617, 7618, 7616, 7620, 7669, 7670 e 7671, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e vinte e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atas das Comissões

REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

6ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

Ata da Trigésima Segunda Reunião Extraordinária

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia quatro de novembro de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Cacildo Vasconcelos, Amélio Cayres, Raimundo Moreira, Luana Ribeiro, Paulo Roberto e Osires Damaso. Estavam ausentes os senhores Deputados: César Halum, Sandoval Cardoso e Solange Duailibe. O senhor Presidente, Deputado Cacildo Vasconcelos, declarou aberta a Reunião, e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, lidas e aprovadas foram subscritas pelos senhores membros presentes. Não havendo Expediente passou-se à Distribuição de Matérias. O senhor Deputado Paulo Roberto foi nomeado relator do Processo número 645/2008. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dentro de três minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada e publicada.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

6ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

Ata da Trigésima Terceira Reunião Extraordinária

Às dez horas e cinco minutos do dia quatro de novembro de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Cacildo Vasconcelos, Amélio Cayres, Raimundo Moreira, Luana Ribeiro, Paulo Roberto e Osires Damaso. Estavam ausentes os senhores Deputados: César Halum, Sandoval Cardoso e Solange Duailibe. O senhor Presidente, Deputado Cacildo Vasconcelos, declarou aberta a Reunião, e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O senhor Deputado Paulo Roberto devolveu o Processo número 645/2008 devidamente relatado. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do relator do Processo acima mencionado e encaminhado ao Plenário. Logo após, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

REUNIÃO CONJUNTAS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

Ata da Nonagésima Nona Reunião Conjunta

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e oito, reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Raimundo Palito, Fábio Martins, Júnior Coimbra, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Paulo Roberto, Osires Damaso, Amélio Cayres, Sandoval Cardoso e Solange Duailibe. Estavam ausentes os senhores Deputados: Raimundo Moreira, Angelo Agnolin, César Halum, Marcello Lelis e Luana Ribeiro. O senhor Presidente, Deputado Fábio Martins, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, lidas e aprovadas foram subscritas pelos senhores membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se a Distribuição de Matérias. A senhora Deputada Solange Duailibe foi nomeada relatora do Processo número 607/2008, o senhor Deputado Raimundo Palito foi nomeado relator do Processo número 609/2008 e o senhor Deputado Júnior Coimbra foi nomeado relator do Processo número 624/2008. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando outra para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada e publicada.

REUNIÃO CONJUNTAS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6.ª Legislatura – 2.ª Sessão Legislativa

Ata da Centésima Reunião Conjunta

Às dezessete horas do dia vinte e dois de outubro de dois mil e oito, reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Raimundo Palito, Fábio Martins, Júnior Coimbra, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Paulo Roberto, Osires Damaso, Amélio Cayres, Sandoval Cardoso e Solange Duailibe. Estavam ausentes os senhores Deputados: Raimundo Moreira, Angelo Agnolin, César Halum, Marcello Lelis e Luana Ribeiro. O senhor Presidente, Deputado Fábio Martins, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, após anuência dos senhores membros, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias passou-se a Devolução de Matérias. A senhora Deputada Solange Duailibe devolveu o Processo número 607/2008, o senhor Deputado Raimundo Palito devolveu o Processo número 609/2008 e o senhor Deputado Júnior Coimbra devolveu o Processo número 624/2008. Na deliberação da Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos Relatores referentes aos Processos números 607/2008 e 624/2008 e, em seguida, encaminhado ao Plenário. Foi lido e aprovado o Parecer referente ao Processo número 609/2008, no qual foi acatada a Emenda Modificativa apresentada pelo senhor Deputado Júnior Coimbra e, em seguida, encaminhado ao Plenário. Logo após, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada e publicada.

REUNIÃO CONJUNTAS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6.ª Legislatura – 2.ª Sessão Legislativa

Ata da Centésima Primeira Reunião Conjunta

Às onze horas e três minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e oito, reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Fábio Martins, Júnior Coimbra, Dr. Zé Viana, Paulo Roberto, Osires Damaso, Solange Duailibe, Amélio Cayres, Sandoval Cardoso e Luana Ribeiro. Estavam ausentes os senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum e Marcello Lelis. O senhor Presidente, Deputado Fábio Martins, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, após anuência dos senhores membros, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se a Distribuição de Matérias. O senhor Depu-

tado Júnior Coimbra foi nomeado relator do Processo número 554/2008 e o senhor Deputado Raimundo Palito foi nomeado relator do Processo número 618/2008. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando outra para dentro de cinco minutos. Para constar lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada e publicada.

REUNIÃO CONJUNTAS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6.ª Legislatura – 2.ª Sessão Legislativa

Ata da Centésima Segunda Reunião Conjunta

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e oito, reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Fábio Martins, Júnior Coimbra, Dr. Zé Viana, Paulo Roberto, Osires Damaso, Solange Duailibe, Amélio Cayres, Sandoval Cardoso e Luana Ribeiro. Estavam ausentes os senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum e Marcello Lelis. O senhor Presidente, Deputado Fábio Martins, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, após anuência dos senhores membros, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O senhor Deputado Junior Coimbra devolveu o Processo número 554/2008 e o senhor Deputado Raimundo Palito devolveu o Processo número 618/2008. Na deliberação da Ordem do Dia foram lidos e aprovados os Pareceres dos referidos Processos e, em seguida, encaminhados ao Plenário. Logo após, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada e publicada.

COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

6.ª Legislatura – 2.ª Sessão Legislativa

Ata da Vigésima Reunião Extraordinária

Às onze horas e vinte minutos do dia seis de agosto de dois mil e oito reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Dr. Zé Viana, Júnior Coimbra, Valuar Barros e Solange Duailibe. Estava ausente o senhor Deputado Marcello Lelis. O senhor Presidente, Deputado Júnior Coimbra, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, lidas e aprovadas, foram subscritas pelos senhores membros presentes. Em seguida, não havendo Expediente a ser lido, passou-se a Distribuição de Matéria. O senhor Deputado Dr. Zé Viana foi nomeado relator do Processo número 110/2007. Logo após, não havendo Devolução de Matéria e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

6.ª Legislatura – 2.ª Sessão Legislativa

Ata da Vigésima Primeira Reunião Extraordinária

Às onze horas e trinta e três minutos do dia seis de agosto de dois mil e oito reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Dr. Zé Viana, Júnior Coimbra, Valuar Barros e Solange Duailibe. Estava ausente o senhor Deputado Marcello Lelis. O senhor Presidente, Deputado Júnior Coimbra, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos membros presentes foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente a ser lido e Distribuição de Matéria, passou-se à Devolução de Matéria. O senhor Deputado Dr. Zé Viana devolveu o Processo número 110/2007. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do referido Processo e encaminhado ao Plenário. Em seguida, o senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando outra para dia e hora regimentais. Para constatar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada e publicada.

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 099/2008

*Republicado por incorreção

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 458, de 16 de agosto de 2007, na parte que nomeou **Marcelo Torres Pinheiro**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-13; o Decreto Administrativo n.º 027, de 3 de janeiro de 2008, na parte que nomeou **Sebastião Albuquerque Cordeiro**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-13, ambos no Gabinete do Deputado **José Geraldo**, a partir de 1º de março de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de março de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 488/2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com a Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora **Rozangela Miranda Carvalho**, matrícula n.º 252, para em comissão, exercer o cargo de Diretora da Diretoria de Auditoria Interna da Assembléia

Legislativa do Estado do Tocantins, a partir de 1º de novembro de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 6 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 489/2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Clementina Costa Cabral**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-15; **Danielle Alves Ferreira**, **Ivan Ribeiro Mota**, **Leila Franco Mendes**, **Lilian Patrícia Ordones** e **Raquel Nunes Andrade**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-19; **Fernanda Dias de Alcântara Bonilha**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20; **NOMEAR José Carlos Lacerda Cabral**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-15; **Solange Maria Ribeiro Magalhães**, **Márcia Maria Batista da Cunha**, **Maristela Coelho Alencar**, **Carlos Alberto de Souza Andrade** e **Rosa Mendes de Souza**, para exercerem o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-19; **Misma Gonçalves Ferreira**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20; todos no Gabinete do Deputado **José Geraldo**, a partir de 1º de novembro de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 6 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 490/2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Luiza Barboza Santos**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-02; **Anir de Souza Mendes**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-07, **Everton Dias Carvalho**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-12, **Argemira Lustosa Ribeiro**; do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18, **Karla Patrícia dos Reis de Oliveira**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-14, ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 364, de 21 de agosto de 2008, na parte que nomeou **Maria Aparecida Marquez**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20; o Decreto Administrativo n.º 452, de 17 de outubro de 2008, na parte que nomeou **José Mendonça de Abreu Filho**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-06; **NOMEAR Salustriano Lucas Marquez Lemes**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parla-

mentar AP-06; **Belzira Barbosa Santos**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-02, **Élcio de Souza Mendes**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-07; **Sidinei Dourado Campos** e **Adriana Nunes Camelo**, para exercerem o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-14; **Joelma Guedes Martins**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18; todos no Gabinete da Deputada **Josi Nunes**, a partir de 1º de novembro de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 491/ 2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o Decreto Administrativo n.º 450, de 17 de outubro de 2008, que nomeou **Jacob Pereira Duarte**, para considerá-lo nomeado a partir de 1º de outubro de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 10 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 492/2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Elizandra Ferreira dos Santos Menezes**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-03, no Gabinete do Deputado **Dr. Zé Viana**, retroativo a 1º de setembro de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 11 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 493/2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Petronilia Araújo Rodrigues** do cargo

em comissão de Assessor Parlamentar AP-06, do Gabinete do Deputado **José Geraldo**, a partir de 1º de novembro de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 11 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 494/2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Rufino Gomes Barbosa**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-15; ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 131, de 9 de abril de 2008, na parte que nomeou **Antônio de França Filho**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-10; o Decreto Administrativo n.º 260, de 4 de julho de 2008, na parte que nomeou **Edgar Sebastião Alves de Oliveira**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-10; NOMEAR **Paulo Ricardo Oliveira da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18; todos no Gabinete do Deputado **Dr. Zé Viana**, a partir de 1º de novembro de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 11 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 495/2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Hebert Veras Nunes**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-02, no Gabinete do Deputado **Marcello Lelis**, a partir de 17 de novembro de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 11 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 497/2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Elizeu de Melo**, do cargo em comissão de

Assessor Parlamentar AP-02; **Francisco Coelho Bonfim**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18; ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 474, de 22 de outubro de 2008, na parte que nomeou **Núbia Pereira da Costa** e **Thiago Batista Pinheiro Melo**, para considerá-los nomeados para exercerem o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-05; **Cleiton Guilherme Menezes**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-08; o Decreto Administrativo n.º 057, de 14 de fevereiro de 2008, na parte que nomeou **João Santos Figueiredo**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16; NOMEAR **Ariana Francisca da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-08; **Paulo Henrique Soares Siqueira**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-13; **Lília Portilho de Souza**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18; **Mário de Sena Fernandes Neto**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16; **Reinaldo Chaves Pessoa** e **Sandra Nobre Pereira Gomes**, para exercerem o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-17, **Macicléide Campos Queiroz** e **Leandro Figueiredo Galvão**, para exercerem o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18; **Vera Lúcia Nascimento**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-19; todos no Gabinete do Deputado **Iderval Silva**, a partir de 1º de novembro de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 498/2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Augusto Cezar Barbosa Nunes**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18, no Gabinete do Deputado **Dr. Zé Viana**, retroativo a 1º de outubro de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 11 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 499/2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 331, de 11 de agosto de 2008, na parte que nomeou **Jacinto Bispo da Conceição**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em

comissão de Assessor Parlamentar AP-07, o Decreto Administrativo n.º 231, de 18 de junho de 2008, na parte que nomeou **Jordany Rodrigues Costa**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18, ambos no Gabinete do Deputado **Dr. Zé Viana**, a partir de 1º de novembro de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 500/2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Godoi de Melo** cargo em comissão de Secretário Legislativo; NOMEAR **Angelisa Lopes de Melo**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Legislativo, ambos no **Gabinete da Presidência**, a partir de 1º de novembro de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 502/2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a partir de 3 de novembro de 2008, o Decreto Administrativo n.º 137, de 16 de abril de 2008, que concedeu a disposição da servidora **Inez Eleine Rocha**, matrícula n.º 240, para a Prefeitura Municipal de Palmas.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 503/2008

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Jeissiany Alves Carvalho** cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-15; NOMEAR **Ana Fausta**

Soares de Souza, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-15; ambos no Gabinete do Deputado **Raimundo Moreira**, a partir de 1º de novembro de 2008.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**

Presidente

PORTARIA N.º 157/2008 – P

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade, Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Bolsa de Estudo, a título de Auxílio Financeiro aos servidores abaixo relacionados, devidamente matriculados no Curso de VII Ciclo de Estudos de Política e Estratégia Brasileira e Pós-Graduação, ministrado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG, CNPJ N.º 97.437.040/0001-37.

Matrícula	Servidor
785	RAIMUNDO PENAFORTE DIAS DE SOUSA
194	ROSE MEIRY DE OLIVEIRA LAMATTINA
154	ANGELINO RIBEIRO NETO
766	IKARO PERES CUNHA
325	LUCILENE MONTELO MARANHÃO MONTEIRO
595	PATRICIA FERREIRA SAMPAIO DE SOUZA

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 10 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**

Presidente

PORTARIA N.º 158/2008 – P

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a partir desta data, a Portaria n.º 070-P, de 27 de fevereiro de 2007, que lotou a servidora **Fernanda Ribeiro Barbosa**, Assistente de Serviços de Saúde, Nível I-A, matrícula n.º 860069-4, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde, no Gabinete da Deputada **Luana Ribeiro**.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 11 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**

Presidente

PORTARIA N.º 161/2008 – P

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a partir de 21 de setembro de 2008, a Portaria n.º 083-P, de 6 de março de 2007, que lotou o servidor **Alexandre Tadeu de Moraes Rodrigues**, Inspetor de Recursos Naturais, Nível I-B, matrícula n.º 686069-9, integrante do quadro de pessoal do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, no Gabinete do Deputado **Marcello Lelis**.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**

Presidente

PORTARIA N.º 162/2008 – P

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR o servidor **Arsênio Gomes Bucar Sobrinho**, Analista Técnico-Jurídico, matrícula n.º 258552-1, integrante do quadro de pessoal do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/TO, colocado a disposição deste Poder Legislativo, através do Ato n.º 4.272 - CSS, de 11 de novembro de 2008, no período de 16 de novembro de 2008 a 31 de dezembro de 2009, no Gabinete do Deputado **Stalin Bucar**, com ônus para a origem.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de novembro de 2008.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**

Presidente

PORTARIA N.º 246/2008 – SG

O **Secretário Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 111, da Lei n.º 1.818/07 de 23 de agosto de 2007,

Considerando que a requerente embora ocupante de cargo de audioeditora, está lotada na área de medicina e odontologia onde poderá, com a pós-graduação em “terapia manual e postura”, prestar melhor e mais qualificada assistência aos usuários da assistência médica desta Casa, conforme Parecer n.º 121/08, da Diretoria Jurídica desta Casa de Leis.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER afastamento por 10 (dez) dias a servidora **Dulce Dias Lima**, matrícula n.º 18, para apresentação de tra-

balho de pós-graduação em Terapia Manual e Postura, na cidade de Londrina – Paraná, no período de 7 a 17 de outubro de 2008.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 21 dias do mês de outubro de 2008.

Antonio Lopes Braga Júnior
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 253/2008 – SG

O Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 63, IX, da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR as férias legais da servidora **Lívia Sousa Lima**, matrícula n.º 748, referente ao período aquisitivo 9/2/2007-8/2/2008, de 12/1 a 10/2/2009, para 22/12/2008 a 20/1/2009.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 6 dias do mês de novembro de 2008.

Antonio Lopes Braga Júnior
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 254/2008 – SG

O Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 63, IX, da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR as férias legais da servidora **Magna Ferreira Xavier**, matrícula n.º 172, referente ao período aquisitivo 1º/12/2007-30/11/2008, de 7/1 a 5/2/2009, para 15/12/2008 a 13/1/2009.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 6 dias do mês de novembro de 2008.

Antonio Lopes Braga Júnior
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 255/2008 – SG

O Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 12, da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a lotação da servidora **Leione Barros de Brito**, matrícula n.º 300, da Diretoria de Área de Comunicação Social – DICOM, para a Diretoria de Medicina e Odontologia – DIMEO, a partir de 1º de novembro de 2008.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de novembro de 2008.

Antonio Lopes Braga Júnior
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 256/2008 – SG

O Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 63, IX, da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria n.º 101, de 29 de abril de 2008, que concedeu jornada de trabalho extraordinário ao servidor **Antonio Batista dos Anjos**, a partir de 1º de novembro de 2008.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de novembro de 2008.

Antonio Lopes Braga Júnior
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 257/2008 - SG

O Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 20, da Lei n.º 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado do 3º Período da Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados:

Alessandra Lima Dias Mascarenhas	média	98
Everton de Almeida Oliveira	média	78
Glauber Andrade Barros	média	89

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 10 dias do mês de outubro de 2008.

Antônio Lopes Braga Júnior
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 258/2008 - SG

O Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 20, da Lei n.º 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado do 5º Período da Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados:

Armando Soares de Castro Formiga	média	100
---	-------	-----

Lilian Fernandes da Cruz média 87
Rodrigo Rodrigues Noletto média 90

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 10 dias do mês de outubro de 2008.

Antônio Lopes Braga Júnior
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 259/2008 – SG

O Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 63, IX, da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria n.º 249-SG, de 22 de outubro de 2008, que alterou as férias da servidora **Vera Lúcia de Souza César**.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de novembro de 2008.

Antonio Lopes Braga Júnior
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 260/2008 – SG

O Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância

com o disposto no art. 63, IX, da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR as férias legais da servidora **Elisabete Maria Paschoal Fregonesi**, matrícula n.º 294, referente ao período aquisitivo 1º/9/2006-31/8/2007, de 19/1 a 17/2/2009, para 2/2 a 3/3/2009.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de novembro de 2008.

Antonio Lopes Braga Júnior
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 261/2008 – SG

O Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 63, IX, da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as férias legais do servidor **José de Arimatéia Rocha Coelho**, matrícula n.º 132, referente ao período aquisitivo 1º/12/2005-31/11/2006, para 1º a 30/1/2009.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de novembro de 2008.

Antonio Lopes Braga Júnior
Secretário-Geral

DEPUTADOS DA 6ª LEGISLATURA

Amélio Cayres – PR
Angelo Agnolin – DEM
Cacildo Vasconcelos – PP
Carlos Henrique Gagui m – PMDB
César Halum – DEM
Dr. Zé Viana – PSC
Eduardo do Dertins – PSDB
Eli Borges – PMDB
Fábio Martins – PDT
Fabion Gomes – PR
Iderval Silva – PMDB
José Geraldo – PTB

Osires Damaso – DEM
Júnior Coimbra – PMDB
Luana Ribeiro – PR
Manoel Queiroz – PT
Marcello Lelis – PV
Paulo Roberto – DEM
Raimundo Moreira – PSDB
Raimundo Palito – PP
Sandoval Cardoso – PMDB
Solange Duailibe – PT
Stalin Bucar – PSDB
Valuar Barros – DEM

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Júnior Coimbra – PMDB
1º Vice-Líder: Deputado Fábio Martins – PDT
2º Vice-Líder: Deputado César Halum – DEM

BLOCO – PSDB/PP/PTB

Líder: Deputado Cacildo Vasconcelos – PP
Vice-Líder: Deputado Raimundo Moreira – PSDB

BLOCO – DEM

Líder: Deputado Paulo Roberto – DEM
Vice-Líder: Deputado Valuar Barros – DEM

BLOCO – PR/PV

Líder: Deputado Marcello Lelis – PV
Vice-Líder: Deputado Amélio Cayres – PR

BLOCO – PPS/PDT/PT

Líder: Deputado Eduardo do Dertins – PPS
Vice-Líder: Deputado Fábio Martins – PDT

BLOCO – PMDB

Líder: Deputado Eli Borges – PMDB